



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

LEI Nº 7.892 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE sobre a proibição de nomeação de logradouros, escolas, unidades de saúde, rodovias e outros equipamentos públicos estaduais com nomes de pessoas condenadas pelos crimes que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

DECRETA:

Art. 1º Fica proibida, em todo o território estadual, a nomeação de logradouros, escolas, unidades de saúde, rodovias e outros equipamentos públicos estaduais com os nomes de pessoas que tiverem sido condenadas por decisão judicial transitada em julgado por:

I – violência doméstica e familiar (Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha),

II – crimes contra a vida e contra a dignidade sexual disposto no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940);

III – violação dos direitos da criança e do adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV – violação dos direitos da pessoa com deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 06 de junho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência); e

V – violação dos direitos da pessoa idosa (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I – os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, Judiciário e Ministério Público; e

II – as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público Estadual.

Art. 2º Fica igualmente proibida a instalação, construção ou implantação de monumentos, como estátuas, bustos, totens, obeliscos e outras formas de homenagem a pessoas condenadas pelos crimes mencionados no artigo 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.